

Portugal. Questões de Geopolítica e Posicionamento Estratégico na 3^a década do século XXI¹

Prof.^a Sónia Ribeiro²

Introdução

Ao refletir sobre os objetivos deste Instituto, ocorreu-me a ideia de re-visitá-la a minha tese de mestrado, que no ano 2000 debateu o posicionamento estratégico de Portugal, entre a Europa e o Atlântico (sob o tema mais académico “Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal”³).

Os pressupostos, à época, eram outros – de estabilidade na aliança atlântica; anterior ao despertar da China; aprofundamento e alargamento da União Europeia...

Quanto mudou, nestas duas décadas, o Sistema Internacional... A complexidade, mutabilidade e incerteza, para as quais avisava já o Prof. Ernâni Rodrigues Lopes na orientação da minha tese no final dos anos 90, são das poucas certezas que permanecem, duas décadas depois.

¹ Palestra proferida no IDJC em 31OUT2019;

² Professora Auxiliar Convidada do Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Doutorada em Estudos Europeus – dominante económica (2010) e Mestre em Estudos Europeus (2000) pelo IEP/UCP. Consultora em Estratégia e Competitividade da Sociedade de Avaliação Estratégica e de Risco (SAER) e sua especialistas no Hypercluster do Mar;

³ RIBEIRO, S., *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*, Tese apresentada ao IEE/UCP para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus, sob orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, policop., dezembro 1999

Hoje, olhando para o nosso enquadramento estratégico, o *Brexit* levará a um novo deslocamento geopolítico da União para Leste; o desenvolvimento das relações com os EUA nos últimos anos vem colocando em causa a permanência da aliança que nos tem garantido a segurança desde o fim da 2ªGM; os desenvolvimentos no Médio Oriente com a tentativa de afirmação Turca gera instabilidade crescente no contexto da região; e a decisão pela parceria com a China parece ganhar adeptos, mas tem repercussões na geopolítica global que ainda estamos a tentar compreender.

Cada um destes fatores, colocaria de *per se* questões com algum nível de complexidade, mas a conjugação de todos eles no mesmo espaço temporal faz tremer os pilares estratégicos em que temos baseado o nosso posicionamento externo, e parece prudente voltar a colocar, de novo, a questão estratégica nacional fundamental: que alianças, que parceiros, que visão para Portugal?

A presente apresentação pretende contribuir para este debate, que se exige alargado, sobre as linhas fundamentais da geopolítica de Portugal e o posicionamento estratégico a construir para as próximas décadas.

I. Geopolítica, Prospetiva e Estratégia. Questões estruturantes da análise

O conceito de geopolítica evoluiu ao longo de séculos, mas a sua sistematização é feita a partir do séc. XIX, tendo sido apresentadas várias definições do conceito, que justificaram várias teorias geopolíticas de poder, isto é, várias perceções sobre a melhor configuração do poder para atingir o objetivo de alcançar a supremacia perante os demais poderes ou evitar que outros alcançassem essa vantagem.

Trata-se, em todo o caso, de enumerar grandes conjuntos, estabelecer relações de poder, estimar potencialidades, distinguir grandes linhas de força, e possibilidades de alianças e conflitos sendo, como lembra Vicens Vives⁴ (1940), sempre vida e movimento, mudança e transformação, interessando apenas em função das forças que atuaram no passado ou como plataforma de sucessos futuros, podendo resumir-se em duas palavras – síntese e vida.

⁴ cf. VICENS VIVES, J., *Tratado General de Geopolítica*, Ed Vicens Vives, Barcelona, 1961.

A geopolítica apresenta, na verdade, um carácter intrinsecamente difuso, em resultado de três características dominantes, que aparecem em múltiplas⁵ definições que ao longo do tempo foram sendo apresentadas: é sintética, dinâmica e global, isto é, apresenta uma visão de conjunto, sendo essencialmente fluida, sem obrigatoriedade mecânica de um resultado, apresentando ainda como característica essencial o facto de ser sempre auto-centrada.

Ao analisar a geopolítica de um dado centro de decisão, e se o objetivo é o estabelecimento de informação para o desenvolvimento da estratégia, haverá que dotar a geopolítica de capacidade de interpretação de uma dimensão temporal, cruzando geopolítica e prospetiva, entendendo-se esta como o estudo das múltiplas possibilidades de futuros, com naturezas diferenciadas, que se constitui em si mesma como global, qualitativa e dinâmica, permitindo criar modelos de cenarização de futuros que permitem a ação criativa e proativa no presente com o intuito de moldar o futuro à vontade/ao interesse estratégico daquele mesmo centro de decisão.

Esta conjunção constitui, com efeito, o 1º fundamento teórico da estratégia⁶, permitindo o tratamento do espaço e do tempo em termos dinâmicos, isto é, estudar ambos na perspetiva da evolução futura da sua relevância para a estratégia que se pretende desenhar. Desta forma, a geopolítica constitui “um quadro concreto e realista, mas também global (...) no qual poderá desenvolver-se a reflexão estratégica.”⁷

Trata-se assim de cruzar metodologia analítica e reflexão político-estratégica, tendo por base uma definição de ocupação de espaço, e articulando quatro eixos estruturantes da atividade político-estratégica: espaço, tempo, atores e modelos de organização, que perpassam, condicionam e geram toda a atividade (individual e) das sociedades, e aos quais se acrescentam dois eixos complementares: poder e riqueza. A análise cruzada destes eixos permite-nos obter uma imagem mais aproximada da realidade e das linhas fundamentais que orientam e condicionam a reflexão estratégica.

⁵ Vejam-se, a título de exemplo, os contributos de Ratzel, Kjellen, Vicens Vives, Haushofer, Mahan, Castex, Mackinder, Spykman, entre outros, sobre o papel da geografia na aquisição e manutenção do poder no sistema internacional.

⁶ Como ensinava o Professor Ernâni R. Lopes nas suas aulas de geopolítica – cfr. *Seminário Geopolítica e Prospectiva de Portugal*, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Europeus, Portugal, 2008, policop.

⁷ FIÉVET, Gen. Gil, *Da estratégia militar à estratégia empresarial*. Ed. Inquérito, 1993, p.226.

São conhecidas da História e da geografia as condicionantes que determinaram a dimensão e configuração do território nacional; e da geopolítica as condicionantes e oportunidades que o espaço oferece à evolução, ao desenvolvimento, e à afirmação de Portugal no contexto internacional.

Com efeito, da dimensão e configuração do seu território, Portugal tem retirado ilações estratégicas ao longo dos tempos, que permitiram manter-se soberano e independente ao longo dos séculos, definindo modelos de afirmação e desenvolvimento dinâmicos e evolutivos, e o sublinhar de algumas tendências estruturantes que se mantêm: da localização e configuração, as características que definem a sua maritimidade, em contraponto com um centro europeu de matriz continental e face ao qual permanece periférico.

Esta realidade tem marcado a sua relação com a Europa e com o Mundo, definindo opções estratégicas e políticas, alianças e modelos de relacionamento diferenciados no âmbito do sistema internacional, e com especial cuidado no quadro das relações com Espanha.

No seu enquadramento territorial um fator discriminante tem permanecido – a presença do oceano como espaço de afirmação, e mais recentemente como território reclamável e reclamado no contexto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

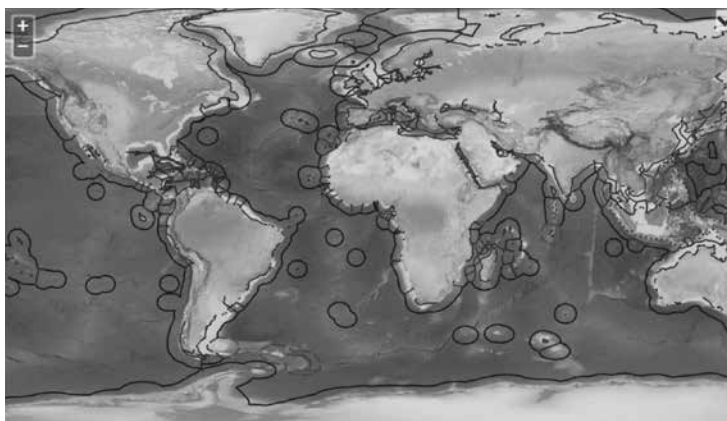
Direta e profundamente ligado à identidade e à afirmação internacional de Portugal, a relação e presença territorial e histórica no oceano confere a Portugal uma dimensão e alcance únicos, nomeadamente no Atlântico, onde o tempo consolidou um polígono de Língua Portuguesa no Atlântico-Médio e sustentou a privilegiada relação Atlântica.

Com uma posição geoestratégica no centro do Atlântico, onde os grandes fluxos económicos continuam a acontecer, Portugal tem uma linha de costa de 1.860 km, divididos entre 943 Km de Portugal Continental, 667 Km do arquipélago dos Açores e 250 Km do arquipélago da Madeira – representando 2.7% da zona costeira total União Europeia, e um território marítimo 18 vezes superior ao território terrestre (mais de 1 milhão e 700 mil Km²).

A sua Zona Económica Exclusiva é a 3^a maior da Europa, e no âmbito do processo de extensão da Plataforma Continental, Portugal poderá ver reconhecida jurisdição sobre uma área marítima de cerca de 3,877,408 km²⁸.

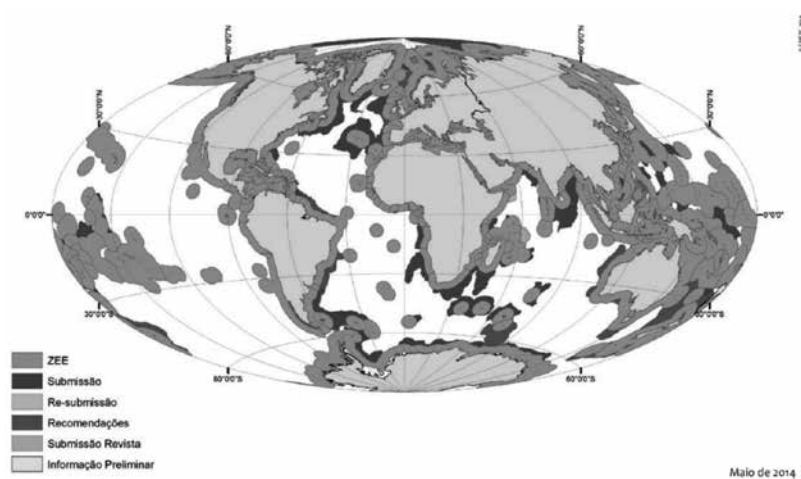
⁸ Cf. <https://www.msp-platform.eu/countries/portugal>.

Figura 1 | Exclusive Economic Zones - Boundaries



Fonte: <http://www.marineregions.org/eezmapper.php>

Figura 2 | O novo espaço marítimo mundial.
Extensão das plataformas continentais submetidas à Comissão de Limites da Plataforma Continental



Fonte: EMEPC (2014). ATLAS do Projeto de Extensão da plataforma Continental, Paço de Arcos, 95 pp

Assumem também relevância para a reflexão estratégica os modos de organização geral das economias e das sociedades, nomeadamente no que respeita às suas estruturas políticas, económicas e sociais, mas também culturais, científico-tecnológicas e psicológicas.

Neste ponto, é de referir o duplo impacte da globalização competitiva e da revolução tecnológica nas economias e nas sociedades, a que se juntam desde há alguns anos, as pressões decorrentes das alterações climáticas e ambientais, que têm vindo a conquistar espaço enquanto fator de mobilização social, decisão política e resposta económica.

Estes fatores têm imposto transformações (transições) estruturais em todos os sistemas económicos atuais, com impactos essenciais nas sociedades e nas respetivas estruturas culturais, mas também nas estruturas políticas, com implicações nas opções estratégicas dos grandes poderes – e consequentemente, de questionamento da pertinência de uma reorganização da ordem pós-2ªGM – e sua profundidade.

Portugal não é exceção, e a transição económica e social que ocorre – e se acelera – nas últimas décadas impôs alterações profundas na sua estrutura intrínseca.

Com mais de 870 anos de história, construção identitária e afirmação nacional, Portugal precisa encontrar um novo modelo estratégico que permita adaptar-se à nova realidade global, num quadro geral de mudanças económico-sociais, demográficas, tecnológicas e ambientais e climáticas deste momento de aceleração da História.

Com uma sociedade envelhecida⁹ - já a mais envelhecida da Europa¹⁰ - e no limite da inversão da pirâmide demográfica, Portugal começa a sentir

⁹ Já em 2002 um estudo do INE - O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, Abr. 2002 – concluía que em Portugal, as alterações na estrutura demográfica estão bem patentes na comparação das pirâmides de idades em 1960 e 2000, num padrão que se manteve nas duas décadas seguintes. Sublinhando que o fenómeno “ocorreu em todos os países desenvolvidos e verifica-se actualmente com maior intensidade nos países em desenvolvimento”, o estudo refere que a proporção de jovens (0-14 anos) diminuiu de cerca de 37% para 30%, projetando a manutenção da tendência até aquela proporção atingir os 21% do total da população em 2050. O estudo afirma ainda que, “ao contrário, a proporção da população mundial com 65 ou mais anos regista uma tendência crescente, aumentando de 5,3% para 6,9% do total da população, entre 1960 e 2000, e para 15,6% em 2050, segundo as mesmas hipóteses de projecção”, referindo ainda que “o ritmo de crescimento da população idosa é quatro vezes superior ao da população jovem.” (p.188).

¹⁰ Eurostat, Ageing Europe: looking at the lives of older people in the EU 2019 edition, Eurostat Statistical Books 2019

a fragilidade da escassez de mão-de-obra¹¹ para as necessidades da sua economia, ao mesmo tempo que o sistema de proteção social enfrenta desafios crescentes de sustentabilidade.

A melhoria inquestionável dos níveis de educação/formação técnica e tecnológica dos jovens nas últimas décadas parece ter sido acompanhada de uma cada vez maior tendência de alienação face à sociedade, com as instituições da sociedade civil a debaterem-se com dificuldades acrescidas na sua estruturação, enquanto em algumas franjas da sociedade a dependência de sistemas de proteção social e incapacidade de integração na economia globalizada mantém afastados dos ganhos da globalização indivíduos sem capacidade de adaptação, criação ou empreendimento.

Por outro lado, como sublinha ISAAC, S. K.¹² as forças da globalização causaram transformações fundamentais também no próprio sistema internacional - não apenas pela diminuição da soberania do Estado em favor de regras e regulamentos universais, mas também num aumento rebelde nos papéis de certos atores subestatais e transnacionais, que enfatizam cada vez mais a localização, a autonomia política, e distinção cultural.

LA Geopolítica e a ordem internacional no pós 2ª Guerra Mundial

As condições geopolíticas determinam a organização da relação de forças entre atores internacionais e globais. Assim, do final da 2ª Guerra Mundial emergiram um conjunto de instituições e normas internacionais que moldaram aquilo a que nos habituámos a chamar de sistema internacional de Bretton Woods, assente no sistema de relações de poder entre as principais potências emergentes do conflito mundial e que viria a cristalizar-se no chamado sistema bipolar.

Este sistema, ou ordem, internacional, assentou em alguns princípios e elementos de base, que moldaram e estruturaram o sistema de relações entre Estados que vigorou entre 1945 e 1989, nomeadamente:

- sistema bipolar, assente na hegemonia dos EUA no ocidente e da URSS no leste, e num sistema de dissuasão mútua em permanente tensão que lhe conferiu estabilidade prolongada;

¹¹ Para aprofundar o tema, cfr., por exemplo, PwC, CEO Survey 2019, que identifica a captação e retenção de talento como a principal preocupação dos empresários e gestores portugueses em relação à atividade das empresas.

¹² ISAAC, S. K., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeuropa.eu/strategieurope/59994>

- multilateralismo assente na criação e manutenção de instituições multilaterais globais ou regionais, de espectro amplo ou específico, no seio das quais os Estados acordaram políticas e normas jurídicas às quais se submeteram;
- um modelo de relacionamento de ‘tipo ocidental’, isto é, assente em sistemas democráticos, com economias de mercado/capitalistas, garantido pela Aliança Atlântica e favorecimento da cooperação e integração de Estados Europeus versus um “modelo soviético” de economia socialista garantido pelo Pacto de Varsóvia.

Neste contexto internacional, Portugal ocupou um lugar de charneira, já que, apesar de não observar todos os critérios nomeadamente políticos do sistema ocidental, cedo foi integrado no sistema. A sua relevância estratégica no Atlântico não será alheia à sua participação como membro fundador da NATO, e Portugal aderiu à ONU em 1955 e participou na fundação da EFTA em 1960.

Esta integração internacional não viria sem custos, já que a entrada de Portugal na ONU levou a uma maior exposição internacional à sua política ultramarina, que passou a ser motivo de constante fricção e crítica por parte da comunidade internacional, já que a Carta das Nações Unidas previa a autodeterminação dos territórios administrados por potências coloniais. A partir de 1960, o bloco dos não-alinhados viria a questionar constantemente as políticas portuguesas em África e exigir a autodeterminação dos territórios coloniais do último império europeu.

I.B A transição do séc. XX para o séc. XXI

O fim do sistema bipolar, em final da década de 89, início da déc de 90 trouxe consigo o germen do fim da ordem internacional como concebida no pós-guerra. De facto, ainda que inicialmente se tenha avançado que o fim do sistema bipolar significava a vitória do modelo ocidental de relacionamento entre Estados, e portanto o triunfo dos valores da democracia liberal, do capitalismo e do multilateralismo, os primeiros anos do novo século vieram revelar as limitações e fragilidades desses pilares.

Com efeito, o fim do sistema bipolar trouxe consigo, por um lado, a reemergência das tensões regionais permanentes reprimidas durante a Guerra Fria, também na Europa, e ofereceu oportunidade a novos atores – Estados mas também atores subestatais e transnacionais – de fazerem a sua entrada no sistema e aí procurarem um espaço de afirmação e relevância.

Ao mesmo tempo, o processo de globalização competitiva vem colocando uma tensão adicional nas sociedades e na sua relação com os governos, impondo novos desafios na gestão interna e não raro com repercussões externas e *spillovers* nem sempre controláveis.

O processo de globalização é desejado¹³ pelos grupos sociais, empresas e sectores económicos mais competitivos e por estes percebido como necessário para o desenvolvimento da economia mundial. No entanto, aquele processo é, ao mesmo tempo, rejeitado pelos setores menos competitivos ou com maior dificuldade de adaptação, pelas consequências que provoca ao gerar uma grande pressão e consequências negativas para alguns grupos sociais e para certas posições políticas que não encontram condições de competição num quadro competitivo global¹⁴.

A evolução dos acontecimentos neste sistema em mutação e recomposição veio recolocar – aparentemente – no centro do sistema uma abordagem neorrealista com o regresso ao Estado Westphaliano e à balança de poderes, relegando a hipótese de reinvenção do Estado ensaiada na Europa

¹³ SaeR, A década da incerteza, RT SaeR, Junho 2019, p.6

¹⁴ Este padrão de comportamento é claramente perceptível, por exemplo, na votação em referendo para a decisão da permanência ou não do Reino Unido no processo de integração europeia, enquanto processo de abertura – à escala regional – a um modelo de mercado aberto, com circulação livre de bens, serviços, capitais e pessoas, se considerarmos a UE uma espécie de laboratório à escala regional de um processo do mesmo tipo que o processo de globalização competitiva, à escala global. Neste contexto, e tomando como boa a analogia, verificamos que, como esclarece Bernardo Ivo Cruz na The London BREXIT Monthly Digest:

“o BREXIT colocou sobre a mesa as profundas divisões que atravessam a sociedade Britânica, que se materializam no perfil sócio-económico dos apoiantes e dos opositores da saída do Reino Unido da União Europeia. Segundo a London School of Economics, o eleitorado que votou a favor do BREXIT tem mais de 55 anos, uma baixa formação académica, um emprego pouco qualificado, não viaja e vive na Inglaterra rural ou em pequenas cidades industrializadas. Já os apoiantes da continuação do Reino Unido na União Europeia são o seu oposto: menos de 44 anos e com formação superior, têm empregos tecnicamente exigentes e bem pagos, são cosmopolitas e abertos ao Mundo e vivem predominantemente nos grandes centros urbanos.”

Não nos parece desadequado considerar este paralelo entre a situação aqui relatada referente ao Reino Unido e ao processo do BREXIT, e a tensão social globalmente verificada entre as faixas sociais dotadas de mais instrumentos para lidar com os efeitos da globalização e nela estão de alguma forma inseridos, e aqueles que permanecem à margem dos seus benefícios, ancorados em baixos níveis de formação académica, com empregos pouco qualificados, que não viajam nem contactam com o exterior, ficando à margem da dinâmica económica, social e cultural que a globalização oferece.

para um limbo de validação que ainda não foi resolvido, com o enfraquecimento do multilateralismo e a ascensão dos neo-nacionalismos.

Como viria a afirmar Lina Khatib¹⁵ “a ordem global pós-Segunda Guerra Mundial deu lugar à desordem global do século XXI, na qual os atores não estatais são quase tão influentes quanto os Estados. É um ambiente fluido em que novas forças políticas tentam realizar as suas ambições globais e regionais.”

A primeira década do séc. XXI revela assim uma realidade em evolução permanente, fruto de um duplo mecanismo: por um lado, o papel crescente de atores económicos, sociais e políticos pequenos, ativos e flexíveis, no contexto de um conceito globalizado da economia mundial e agindo com base na informação e comunicação à escala global em função dos seus interesses próprios. Por outro lado, a redefinição das relações de poder entre Estados, e a recomposição da estrutura do Sistema de Relações Internacionais e do Sistema Económico Mundial, com o ensaio de novas configurações geopolíticas mundiais, passando da tentativa fracassada de afirmar um modelo unipolar com centro nos EUA na transição do século e início da década de 2000 para uma hipotética hegemonia da ‘Tríade’ EUA/UE/China; e ainda o regresso a um mundo multipolar a partir da afirmação de alguns polos emergentes da economia mundial em meados da primeira década do século.

No final da primeira década, a crise económica no mundo ocidental capitalista e suas repercussões na economia mundial e os movimentos de afirmação global de alguns atores confirmam o processo de reconfiguração do sistema internacional com novos pilares e novos atores, que a década seguinte viria acentuar, com a alteração do centro geopolítico global e a hipótese do fim do sistema internacional pós-1945.

A segunda década do século XXI¹⁶ é marcada por uma alteração fundamental da estrutura de ordem mundial em vigor desde o pós-2^aM, a que alguns autores¹⁷ chamaram já o seu desmantelamento, e que tem como

¹⁵ KHATIB, L., Judy Dempsey’s Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeuropa.eu/strategieurope/59994>.

¹⁶ Optamos aqui pelo conceito político estratégico e não cronológico, situando a 2^a década do século entre os anos 2008 (crise sectorial no sistema bancário) e 2018 (tomando como vértice da queda do multilateralismo a retirada unilateral, em Maio, dos EUA, do acordo nuclear com o Irão).

¹⁷ A título de exemplo, cfr. Kori Schake, Geoffrey Robertson e Sir Mark Lyall Grant, *Dismantling of the Rules-Based Global Order*, iCES Occasional Paper XXVII, Institute of Contemporary European Studies, 2019.

causas estruturais quer o fim do sistema bipolar quer o processo de globalização competitiva que desde a década de noventa vem ganhando velocidade e escala.

Trata-se de uma década fundamental, iniciada com uma crise sectorial no sistema bancário (na gestão dos fluxos monetários da circulação de capitais) para evoluir até uma crise generalizada da ordem mundial, quando o retorno a uma lógica nacionalista simultânea em diversas partes do globo - e marcadamente nos EUA, anteriores garantes da ordem internacional pós-2ª guerra mundial - ameaça “destruir as redes e as instituições de cooperação e regulação nos mercados mundiais, o que se repercute depois no rompimento das redes de aliança tradicionais”¹⁸, substituindo o multilateralismo da cooperação da negociação e diplomacia pelo unilateralismo da tensão e dominação dentro de esferas de influência, tendo como consequência o aumento da incerteza e aceleração da mutabilidade do sistema de relações internacionais.

Em síntese, ao mesmo tempo que o quadro político e estratégico internacional da ordem pós-1945 se começou a dismantelar, o processo de globalização competitiva acelera e impõe a desestruturação espacial da economia mundial, ao criar uma Economia de Fluxos e de Sectores globalizados à escala mundial¹⁹. Esta realidade, inicialmente sentida na economia, viria a ter necessariamente impactos nas sociedades e na política - na geopolítica, mas só já no início do século XXI se começam a perceber esses impactos, sendo na década que se iniciou em 2008 que começam a ser cada vez mais evidentes.

LC O SI na 3ª década do século XXI: ajustamento ou reinvenção?

A transição estrutural do sistema económico mundial, (pro)movida pelos desequilíbrios gerados no sistema económico mundial pela evolução tecnológica e pelo processo de globalização competitiva em aceleração, antevia-se desde pelo menos a década de 90, mas apenas na 2ª década do século XXI se começam a tornar mais definidos.

Com efeito, à medida que aqueles desequilíbrios se tornaram cada vez mais relevantes e desestabilizadores, exigindo uma intervenção que pudesse corrigir e controlar essa instabilidade, tornou-se evidente a incapacidade

¹⁸ SacR, *op cit.*

¹⁹ *idem*

de o sistema vigente reagir²⁰. Tornava-se assim visível a desadequação dos mecanismos de estabilização que no passado obtiveram os resultados esperados, mas que agora não só não conseguem estabilizar como, ao contrário, criam mais instabilidade, pondo em causa a sua validade como sistema de organização das relações mundiais.

Neste novo contexto, cada Estado ou cada organização começa a tentar encontrar mecanismos próprios de defesa dos seus interesses ou das suas conveniências na nova realidade, levando a contra-reações dos outros atores.

Neste processo, as normas que antes delimitavam a ação dos diferentes atores são ultrapassadas e tornadas inoperantes. E os Estados – ainda os principais atores do Sistema internacional – regressaram à defesa dos seus interesses próprios em detrimento da busca de consenso e da cooperação, naquilo que parece ser o regresso a uma ordem realista, mas onde as premissas teóricas do realismo deixaram de se verificar, dada a permeabilidade do sistema a outros atores – sub e supra nacionais – que fragilizam a sua capacidade de gerir os destinos do povos.

²⁰ Como desenvolvido em RT SaeR, op cit., p.7-9):

“A crise de 2008 ainda foi enfrentada com um padrão de ordem mundial operativo (que, aliás, foi essencial para a eficácia das respostas encontradas com a organização de instituições de coordenação a nível mundial), enquanto agora [2018] o centro da crise está na rutura das relações de cooperação das instituições internacionais (...). Este aumento da incerteza tem uma primeira dimensão que se reflete na ação política e nas decisões empresariais, porque (...) não é fácil identificar o que deve ser feito para corrigir o que se revela ineficiente, nem se pode assegurar que não se trata apenas de um desvio temporário ao que seria a trajetória normal, que poderia ser recuperada sem precisar de mudanças significativas. Numa segunda dimensão, (...) não se consegue determinar se esse sistema de teorias foi mal aplicado ou se tem lacunas essenciais que a evolução ocorrida veio revelar. A incerteza (...) A crise do sistema bancário de 2008 revelou a insuficiência dos dispositivos de controlo e regulação do risco [no sistema financeiro] (...). O papel dos bancos centrais foi então decisivo (...). A qualidade da coordenação internacional foi decisiva para o sucesso desta política de emergência (...). Não há agora [2019] a possibilidade de recorrer a instituições de coordenação superiores que criem e transfiram recursos como aconteceu na crise bancária de 2008. E a redução do potencial de crescimento da economia mundial, que já se verificou em 2018, transferiu para 2019 a responsabilidade de encontrar a resolução para o processo de transição da estrutura de ordem mundial que constituía o padrão de referência, a condição de racionalização e de regulação do sistema de relações internacionais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial (...). Mas é esse período que chega agora ao limite do seu tempo de validade, quando os Estados Unidos, para responderem à ameaça da emergência da China como potência mundial, optam por promover a fragmentação da Europa, preferem os entendimentos com a Rússia e desistem da rede de alianças que construíram (...).

Neste contexto, personalidades singulares ganham uma relevância que não teriam anteriormente. É o caso de Donald Trump, Vladimir Putin, ou Xi Jinping, que formam o triângulo estratégico central onde se disputa o domínio da próxima ordem mundial.

Efeito e causa desta disrupção na ordem mundial, os EUA têm vindo a deslocar o seu interesse estratégico do sistema de relações assente na rede de alianças pós-1945, assumindo cada vez mais uma política, primeiro, de relativização, e depois, já com o Presidente Trump, aparentemente, de erosão deliberada daquela rede, ao colocar diretamente em causa, nos diferentes planos institucionais, os pressupostos daquele sistema que estruturava o bloco ocidental.

Uma primeira questão que se coloca, e sobre a qual não existe consenso, por estarmos ainda a observar o desenvolvimento dos acontecimentos, diz respeito à natureza do processo em si, não estando ainda claro se se trata de uma tentativa de reequilíbrio do sistema ou se assistimos efetivamente ao desestruturar de uma ordem mundial e à formação da sua sucessora, com as dificuldades e opacidade que tal impõe.

Atendendo aos documentos estratégicos que mantém a importância da aliança ocidental para os interesses estratégicos dos EUA²¹, e às declarações e atitudes inconsistentes do Presidente americano, poder-se-á argumentar que se trata de uma tentativa de ajustamento e reconstituição de uma ordem mundial que se tornou desequilibrada, instável e inconsistente.

Mas existem também argumentos válidos para, pelo contrário, ver nos acontecimentos dos últimos anos uma verdadeira descontinuidade, considerando que a nova ordem em construção, rompida que foi a relação de confiança e de comunidade de valores em que se baseava a estrutura de ordem mundial vigente, não poderá ser construída na mesma base.

Em qualquer caso, a ordem mundial tem que ser adaptada às alterações que as últimas 3 décadas impuseram ao sistema internacional, criando um verdadeiro mundo novo, com novos centros de produção, novos centros de poder, novos atores, novos meios de demonstração/ afirmação de poder, novas vias de comunicação e novas prioridades estratégicas.

Este ‘mundo novo’ tem dois mecanismos estruturantes: o impacto das tecnologias de informação e comunicação na atividade económica [globa-

²¹ Cfr. National Defense Strategy of the United States of America - A New National Security Strategy for a New Era, Dez. 2017; e National Defense Strategy of the United States of America - Sharpening the American Military's Competitive Edge, Summary, 2018.

lização competitiva/disruptiva?] e a (re)descoberta dos Oceanos como fator geopolítico relevante.

Da conjugação destes mecanismos estruturantes resulta que a geografia política, económica e cultural do planeta configura, com a alteração das condições geoestratégicas mundiais, um mundo incerto, mutável e complexo, representando uma cada vez maior dificuldade no exercício de sistematização teórica, dado o número de variáveis a considerar, mas que impõe, para todos os países, mas no que aqui nos interessa, para Portugal, a necessidade de releitura do mundo a partir de Portugal e da sua matriz estratégica.

II. Posicionamento Estratégico de Portugal – a perspectiva de longo prazo

O valor permanente que se encontra na história estratégica de Portugal é a necessidade de escapar à limitação que a sua escala nacional natural impõe: preso no interior das suas fronteiras, Portugal está condenado a escolher entre a escassez de recursos e a dependência de outros poderes que o integrem na sua área de influência.

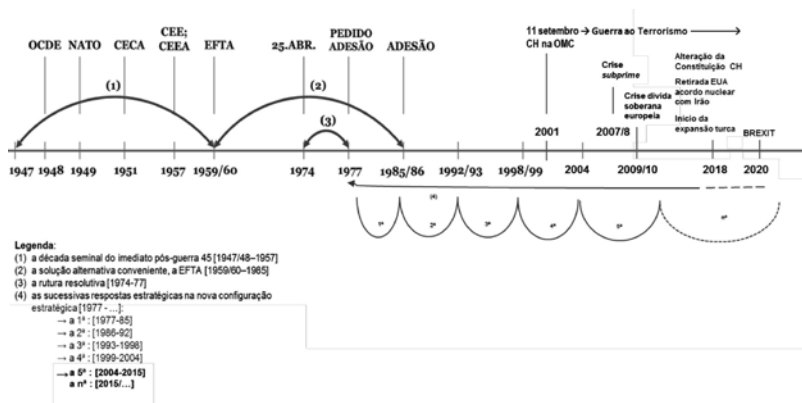
Esta é uma linha estruturante da geopolítica e geoeconomia nacional desde o século XIV (aliança luso-britânica; expansão marítima), reafirmada no final do ciclo imperial (integração europeia) e que saiu ainda reforçada do processo de globalização competitiva iniciada no século XX.

No final da 2ª guerra mundial, aos dois pilares estratégicos seculares da geopolítica de Portugal (RU e espaço colonial/África) juntaram-se, no contexto da construção do sistema internacional pós-guerra, os EUA, cujo papel na inserção de Portugal no Bloco Ocidental foi determinante.

As alterações do pós-2ªGM impuseram assim mudanças do enquadramento de referência de Portugal, que exigiram sucessivas respostas estratégicas.

O advento de uma nova fase na estruturação da ordem mundial pós-Guerra Fria exige novo olhar e novo rasgo estratégico para identificar os desafios e as oportunidades, e estabelecer novas linhas de ação estratégica que assegurem a Portugal conseguir extrair o melhor benefício possível daquela que será a nova configuração das relações de poder na nova realidade internacional para o século XXI.

Figura 3 | Alterações ao enquadramento pós-1945 e respostas estratégicas de Portugal



Fonte: RODRIGUES LOPES, E. (2008); autor

No imediato pós-guerra, mantendo como linha fundamental da sua geopolítica a configuração pluricontinental da Nação, Portugal era considerado uma peça-chave na arquitetura de defesa do Atlântico e no então chamado “Mundo Livre”, levando à sua admissão e reconhecimento no sistema internacional então definido, quer no quadro regional (ocidental e depois europeu) quer no quadro global.

Neste contexto, e no quadro do mundo bipolarizado, a recusa da sua entrada na ONU (o primeiro pedido de admissão, em 1946, havia sido vetado pela Rússia e pela Polónia) tornou-se intolerável para os EUA, que passaram a atribuir grande importância ao assunto, nas negociações com a União Soviética, tendo sido aceite em 1955. É ainda no contexto da ajuda económica que os EUA atribuíram à Europa no final da 2ªGM que Portugal participa, como membro fundador, da OCDE (1961).

No final do ciclo do império, a integração europeia ofereceu a Portugal a oportunidade de escapar ao dilema da pobreza ou dependência, oferecendo-lhe integração num espaço multilateral e num mercado alargado.

O fim do regime ditatorial e do ciclo imperial português, e o advento de um sistema democrático de estilo ocidental como que normalizam a situação de Portugal no concerto das nações no respetivo bloco de aliança.

Neste contexto, de perda de dimensão e de mercados, Portugal estabelece uma articulação geoestratégica entre descolonização e adesão/integração na então CEE. A adesão é assim percebida como um novo espaço

de segurança e reconhecimento, mas também de desenvolvimento e crescimento económico. Com efeito, a adesão de Portugal à então CEE tem três objetivos estratégicos: numa fase tumultuosa e de grande competição entre as duas potências hegemónicas, garantir um quadro multilateral estável no seio do qual a independência política de Portugal se mostrasse inquestionável; estabilizar e assegurar a continuidade do novo regime democrático e estabelecer um modelo de desenvolvimento económico de padrão europeu ocidental.

Este novo modelo de desenvolvimento assentou na possibilidade de articulação de dois vetores estratégicos da geopolítica nacional, que enformaram a resposta estratégica estruturada: o vetor europeu-continental e o vetor atlântico-global, sendo assumido o primeiro como o vetor de modernização e o segundo como um vetor de compensação²², que recolocou, em consequência, no plano da definição do papel de Portugal no mundo, aquela que constitui a questão estratégica fundamental da geopolítica nacional: a articulação estratégica dos seus 4 eixos estruturantes: Portugal/Europa/África/Brasil.

No final da década, no entanto, os acontecimentos de 1989 que levaram ao fim do modelo bipolar teriam repercussões relevantes a medio e longo prazo, com o reaparecimento da noção de complexidade nas relações internacionais e o regresso ao sistema de RI como jogo de poder, recolocando a questão fundamental do processo de construção europeia: as condições de estabelecimento da paz como modelo de relações internacionais,

²² Como definido na tese de mestrado citada, a expressão ‘vetor de modernização’ refere-se a uma “resposta estratégica do Estado (...) aos desafios que lhe são postos pela internacionalização e globalização das economias, acrescidas exigências da competitividade tecnológica, intensificação da concorrência e transformações internas que estão direta ou indiretamente associadas a estes fenómenos”. Desta forma, o vetor de modernização é aquele que constitui uma resposta estratégica que permite ao Estado “colmatar as suas debilidades, nomeadamente através da manutenção/criação de relacionamentos privilegiados com outros Estados ou grupos de Estados que lhes permitam uma melhor performance em termos de desenvolvimento/modernização da sua economia”. Na mesma tese, “vetor de compensação” é definido como um vetor estratégico de defesa face a ameaças e pressões externas (impostas pelo vetor de modernização). Por outro lado, estes vectores “não são tão imediatamente necessários como os (...) de modernização, uma vez que não são indispensáveis à sobrevivência económica dos Estados. Trata-se antes de um problema de visão e ambição de cada país, já que a sua própria existência e definição dependerá das ambições e da percepção que cada um deles tiver das suas capacidades”. Assim, o vector de compensação é “essencial a qualquer Estado que pretenda desempenhar algum papel de relevo no sistema de relacionamento entre os Estados”.

agora num contexto do processo de globalização competitiva, revolução tecnológica e digitalização da economia. Para Portugal, os impactos destas alterações fundamentais, viriam a mostrar-se muito relevantes.

II.A Desafios globais no início da 3ª década do séc. XXI

A desagregação da União Soviética permitiu, nas duas décadas subsequentes, ao bloco ocidental “vencedor” alargar os seus espaços de influência, concretizado desde logo na expansão da União Europeia a Leste e da área de influência dos Estados Unidos para o Médio Oriente.

No início do novo século, o 11 de setembro traz à luz do centro do sistema internacional novos atores, e lança os EUA num novo conflito global – a ‘guerra ao terrorismo’, que passa a ocupar também o centro da sua estratégia político-militar e, no contexto do sistema internacional, a delimitar a sua atuação e relacionamento estratégico no Médio Oriente.

O sistema económico mundial começa, por um lado, a sentir os efeitos da expansão económica da China e o seu crescimento tecnológico acelerado, a ponto de colocar em casa a hegemonia norte americana em alguns setores estratégicos, enquanto, por seu lado, e a partir de meados da 1ª década do século, a Rússia ensaia o seu ressurgimento como grande potência global, agora com recurso a novos meios condizentes com a sua realidade político-económica, por exemplo através do uso de redes informáticas para ataques cibernéticos desestabilizadores; do incentivo de movimentos nacionalistas que fragmentem a União Europeia; ou da promoção de desinformação que desestabiliza e fragmenta a aliança entre os países ocidentais.

No final da 2ª década do século, a assumpção da expansão territorial como objetivo estratégico pela Turquia e a sua crescente intervenção no Médio Oriente, com aproximação à Rússia, consubstancia o seu afastamento estratégico face à União Europeia e aos EUA.

Todo este contexto complexo e desafiador veio colocar os Estados Unidos num dilema estratégico entre a defesa do bloco ocidental e do seu sistema de alianças, e a canalização de recursos e o uso da sua superioridade militar e tecnológica atual para o desenvolvimento de uma estratégia autónoma dirigida aos dois polos do triângulo estratégico em afirmação e que os relaciona com a China e a Rússia, onde o mercado global por um lado, e o Médio Oriente por outro, aparecem como espaços de confronto indireto.

Neste contexto, os EUA optaram – pelo menos – pela diminuição da sua posição estratégica na Europa, criando aí uma insegurança estratégica que induz uma pressão no sentido da fragmentação da União Europeia, que

é, já na segunda década do século, reforçada pelos efeitos da crise iniciada em 2008; das migrações de populações em fuga da guerra e da pobreza; e da decisão de saída do Reino Unido.

Esta conjugação de instabilidade exige uma reflexão estratégica sobre o processo de construção europeia e suas condições de sustentabilidade, e de posicionamento no novo sistema internacional em organização.

A reflexão coloca-se sob o pano transversal da globalização competitiva e da revolução digital, e da pressão que exercem sobre os sistemas de informação, de segurança e defesa mas também sobre as ideias e sobre a cultura levantando questões sociais, culturais e identitárias tão estruturantes como a identificação da sociedade com a civilização europeia-ocidental ou a preferência pela democracia, a economia de mercado e o estado de direito.

A 3ª década do século inicia-se assim num contexto de grande instabilidade num processo de mudança que se iniciou no início da década de 1990 e se prolongou por 30 anos, parecendo mostrar agora sinais do advento de uma nova configuração onde a Europa precisa encontrar o seu lugar. E com ela, Portugal.

II. Portugal, o posicionamento estratégico no início da 3ª década do séc. XXI

Neste quadro internacional e europeu sob pressão e em mutação acelerada, as perspectivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos são crescentemente complexas, e recoloca-se a questão fundamental do posicionamento estratégico no contexto internacional e global.

Neste início da 3ª década do século XXI, Portugal apresenta fragilidades críticas em quatro grandes temáticas: o envelhecimento; a incapacidade de geração de crescimento económico endógeno; a dependência de investimento externo; e as insuficiências no setor da Defesa.

Com efeito, o duplo envelhecimento da sua população – consistente e permanente desde há algumas décadas – impõe a abertura à circulação de pessoas e constitui já hoje um constrangimento relevante ao seu desenvolvimento económico. Ainda, o seu vetor estruturante de modernização – a União Europeia – encontra-se num momento crucial de decisão, no qual a possibilidade de desagregação, por fragmentação por nacionalismos e populismos, é agora encarada como um dos cenários possíveis no futuro. Tal cenário, a ocorrer, significará sem dúvida para Portugal o regresso à sua escala nacional natural – mas agora sem a vitalidade demográfica que

sustente uma estratégia de expansão e num mundo que já está ocupado por redes especializadas na gestão de fluxos.

No mundo globalizado, Portugal precisa manter o acesso aos mercados internacionais para poder compensar a dimensão do seu mercado nacional. A evolução das suas exportações vem demonstrando o esforço de integração na economia globalizada, tendo registado um crescimento assinalável nas duas últimas décadas.

A UE é indubitável – e naturalmente – o mais relevante parceiro comercial de Portugal nas últimas décadas. De notar o papel de Espanha, Alemanha e França que desde a transição do século ocupam consistentemente as três primeiras posições enquanto destino das exportações nacionais, seguidas do Reino Unido. Países Baixos e Itália são os outros dois destinos europeus nos 10 principais destinos de exportação de Portugal.

Fora da União Europeia, Estados Unidos, Angola e Brasil têm mantido as suas posições relativas, com uma troca entre EUA e Angola em 2010, mas que, entretanto, voltou ao normal histórico. Nos 10 maiores destinos de exportação dos produtos portugueses aparece a China a partir de meados da 1ª década do século, substituindo na posição o Japão.

Por seu lado, o investimento direto estrangeiro em Portugal (IDE), tem vindo a crescer ao longo das duas décadas anteriores em percentagem do PIB, tendo atingido²³ 70,2% em 2017 (ainda que 2018 tenha registado ligeira desaceleração).

Em 2017, além do investimento proveniente de empresas holding sediadas no Luxemburgo, e não considerando a UE como um todo, o maior investidor em Portugal²⁴ foi a China, seguido de França e do Reino Unido e depois Itália e Brasil.

Neste contexto, podemos identificar, para o posicionamento estratégico de Portugal, três incertezas críticas: a evolução da política externa dos EUA e das suas opções estratégicas no que respeita à sua relação com a China, a Rússia, o Reino Unido e a gestão que será capaz de fazer da situação na Turquia e no Irão e a evolução e solução a encontrar para o novo relacionamento do Reino Unido com a União Europeia, no que signifique de tensões internas na União e caminhos abertos na relação com o Reino Unido. Uma terceira incerteza crítica é a evolução da relação com a China,

²³ GEE, Principais Indicadores Económicos de Portugal, 2019-12-26, disp. em <https://www.gee.gov.pt/publicacoes/indicadores-e-estatisticas/principais-indicadores-economicos-de-portugal>, consultado em 2020-01-31

²⁴ OCDE, FDI financial flows by partner country, 2017, disp. Em <http://www.oecd.org/sdd/fin-stats/>, dados extraídos em 2019-10-22

uma vez mais no contexto do que for a evolução das relações da UE com a China.

Como oportunidades estratégicas, mantém-se como vetor estrutural e estruturante a sustentação e reforço do processo de construção europeia e a oportunidade de reforço da lógica comunitária, assumindo a UE um papel acrescido como potência global no sentido da proposta de um modelo específico que se mantém para já válido²⁵. O Reino Unido pós-Brexit constitui também uma oportunidade para Portugal, no contexto do aprofundamento de uma relação próxima e que pode ser mutuamente interessante se Portugal for capaz de encontrar um espaço de liberdade para o estabelecimento de um novo quadro de proximidade estratégica àquele que é o seu mais antigo aliado internacional. Ainda, o reforço da relação com alguns países e espaços regionais africanos e com o Brasil continuam a ser espaços de compensação. Por fim, a oportunidade de desenvolvimento endógeno, que permanece e que tem vindo a ser sublinhada nas últimas duas décadas, com base em dois grandes setores/*clusters* de atividades nas quais Portugal tem elevado potencial: economia do mar e turismo.

O posicionamento estratégico de Portugal regressa assim, à sua matriz estratégica fundamental²⁶, articulando o seu vetor pesado de modernização, a UE, com um conjunto de vetores de compensação que conferem e permitem algum grau de liberdade e relevância estratégica – e, portanto, capacidade de negociação – no contexto europeu. Dentro destes últimos, a relação com o Reino Unido reveste-se de novo enquadramento e relevância num momento de indefinição que é também, por natureza, de redefinição – e que importa transformar em oportunidade.

Os EUA, antes apontados como eixo de compensação de primeira escala, estarão agora menos próximos dada a evolução das relações e da

²⁵ De facto, permanece em aberto a discussão da possibilidade de a UE se apresentar como potência global enquanto sistema específico concretizado numa nova forma de governo de dimensão transnacional com capacidade de projeção global, correspondendo a uma mutação na organização do poder dos Estados (europeus) – cfr. RIBEIRO, S., A UE como um império pós-moderno no sistema de relações internacionais, tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Estudos Europeus, Dominante político-administrativa, sob a orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, ed. policop. Abril 2010. Esta hipótese ganha, aliás, peso (e independentemente do acordo a que seja possível chegar com o Reino Unido) quando, à capacidade de afirmação de um modelo político, económico e cultural específico, se adicionam os primeiros passos para dotar a União de capacidade acrescida também na área da segurança e defesa

²⁶ Como a definiu Ernâni Rodrigues Lopes, a relação entre Portugal/Europa/África/Brasil.

relevância atribuída pelos EUA a Portugal nomeadamente no Atlântico. África e Brasil mantêm-se como eixos de compensação a precisar de serem mais desenvolvidos e fortalecidos.

Por fim, a China – identificada como parte do vetor de compensação, mas não como elemento da matriz estratégica fundamental de Portugal – foi o eixo que conheceu maior evolução nas últimas duas décadas, apresentando-se agora como um eixo relevante para Portugal.

A decisão sobre o aprofundamento dessa via de compensação permanece pendente, e encontra dificuldades acrescidas pela incerteza que permanece sobre a evolução das suas relações, quer com o vetor de modernização – e que se assumem tensas e com potencial de antagonismo – quer com outro eixo de compensação relevante, os EUA.

De facto, embora seja atrativo enquanto espaço de afirmação de uma posição de liberdade face ao vetor de modernização, o vetor de compensação, ou qualquer um dos seus eixos, não deve atingir níveis de antagonismo que ameacem colocar em risco a posição no contexto no vetor de modernização. Por outro lado, e num contexto de conflito ou tensão aguda com os EUA, Portugal poderá ter que escolher entre eixos estratégicos de compensação, quando o que se pretende é uma complementaridade que permita somar capacidade de defesa face a ameaças e pressões do enquadramento estratégico e não acrescentar incertezas e tensões crescentemente difíceis de gerir.

Naturalmente, não é fácil neste momento, em que tanto permanece incerto quanto à configuração do novo sistema internacional, perceber onde se encontram os limites do equilíbrio entre vetores instáveis e de elevada complexidade, o que oferece ao exercício estratégico uma dificuldade acrescida.

Tal não invalida, antes recomenda, precaução e sensibilidade na condução das opções de maior relevância, tentando manter o máximo de opções disponíveis. E sobretudo, exige a contínua reflexão e criação de consensos alargados sobre as linhas fundamentais do posicionamento estratégico de Portugal a assumir desde já e para as próximas décadas.

Bibliografia e fontes

- ANDERSON, Ewan W., *The effects of globalization on geopolitical perspectives*, University of Durham, Centre for Middle Eastern and Islamic Studies, Durham, UK. *GeoJournal* 45.1-2: 105-108, Março 1998

- BARRETO, A., *De Portugal para a Europa*, Relógio D'Água, 2017
- CLEMENTE, M., O que é Portugal? O que somos e porque o somos, Universidade Católica editora, col. Argumento, Maio 2015
- EMEPC, ATLAS do Projeto de Extensão da plataforma Continental, Paço de Arcos, 2014
- ESPADA, João Carlos, Portugal, a Europa e o Atlântico, Lisboa: Alêtheia Editores, 2014
- Eurostat, Ageing Europe: looking at the lives of older people in the EU 2019 edition, Eurostat Statistical Books 2019
- FIÉVET, Gen. Gil, Da estratégia militar à estratégia empresarial. Ed. Inquérito, 1993
- FONTOURA, Maria Paula, CRESPO, Nuno (org.), O Alargamento da União Europeia – Consequências para a Economia Portuguesa, Oeiras: Cela Editora, 2004
- INE - O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas, Serviço de Estudos sobre a População do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do INE, no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Madrid 2002, divulgado em 8 de Abril de 2002 e disp. em www.ine.pt
- ISAAC, S. K., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/59994>
- IVO CRUZ, B., *The London BREXIT Monthly Digest*, edição especial 11, 02 de fevereiro de 2020
- KHATIB, L., Judy Dempsey's Strategic Europe, May 06, 2015, disp. em <https://carnegieeurope.eu/strategieurope/59994>
- MARINHO COSTA, P., As Crises e os Homens no Século XXI. O sentido da história e o Portugal europeu, col Ideias / 24, Esfera do Caos, ISBN: 978-989-680-206-6, Março de 2017
- MATEUS, Augusto (coord.), 25 anos de Portugal europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais, Lisboa: FFMS e AM&A, 2013, disp. em https://www.ffms.pt/upload/docs/estudo-25-anos-de-portugal-europeu_sisXST9j3U2Kzz0Irda_ng.pdf
- MATEUS, Augusto (coord.), Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e Perspectivas, Lisboa: FFMS e AM&A, 2015, disp. em <https://www.ffms.pt/upload/docs/PortEuroUmBal3Dec.pdf>

-
- PwC, 22º CEO Survey Global da PwC, 2019
 - REDONDO, João Vítor C., Portugal e a Lusofonia na União Europeia: ‘Uma janela para o mundo’, CEPESE, WP, novembro de 2008, disp. em <http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/portugal-e-a-lusofonia-na-uniao-europeia-uma-janela-para-o-mundo>
 - RIBEIRO, S., *Vetores de Compensação no Posicionamento Estratégico de Portugal*, Tese apresentada ao IEE/UCP para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus, sob orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, dezembro 1999
 - RIBEIRO, S., A UE como um império pós-moderno no sistema de relações internacionais, tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de doutor em Estudos Europeus, Dominante político-administrativa, sob a orientação do Prof. Doutor Ernâni Rodrigues Lopes, ed policop. Abril 2010
 - RODRIGUES LOPES, E., Seminário Geopolítica e Prospectiva de Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Europeus, Portugal, 2008, policop.
 - SCHAKE, K., ROBERTSON, G. e Lyall Grant, M. (Sir), Dismantling of the Rules-Based Global Order, iCES Occasional Paper XXVII, Institute of Contemporary European Studies, 2019
 - SaeR, A década da incerteza, RT SaeR, Março 2019
 - TEIXEIRA, Nuno Severiano – Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, in Revista Relações Internacionais, Número 28 (dezembro 2010), pp 051-060
 - The White House, National Defense Strategy of the United States of America - A New National Security Strategy for a New Era, Dez. 2017;
 - The White House, National Defense Strategy of the United States of America - Sharpening the American Military’s Competitive Edge, Summary, 2018
 - VICENS VIVES, J., Tratado General de Geopolítica, Ed Vicens Vives, Barcelona, 1961
 - ZORGBIBE, Charles - Histoire des relations internationales - 1962 à nos jours. Hachete: Pluriel Référence, 1995; Col. Pluriel

- VVVV, Global trends 2030: the futures of Portugal in and beyond Europe, Supplementum Debater a Europa, nº15, jul-dez2016, disp. em: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debaterueuropa>
- <https://www.msp-platform.eu/countries/portugal>
- <http://www.marineregions.org/eezmapper.php>

